

Presidente da Confederação de Turismo considera intolerável milhares de trabalhadores do sector

O presidente da Confederação do Turismo Português, José Carlos Pinto Coelho, considerou hoje intolerável, a ser verdade, a existência de milhares de trabalhadores do sector em situação ilegal, num comentário a denúncias do Sindicato de Hotelaria do Norte.

"Se existe algum problema, o mesmo tem de ser resolvido em conjunto (governo e sociedade civil) porque é a uma situação que não é tolerável", disse José Carlos Pinto Coelho, que falava aos jornalistas após uma reunião com os promotores do sector, em Lisboa.

De acordo com dados hoje divulgados pelo Sindicato de Hotelaria do Norte, um em cada três trabalhadores do sector em empresas da região é clandestino.

"33 por cento dos 3.936 trabalhadores que participaram num levantamento realizado pelo Sindicato de Hotelaria do Norte e que incidiu sobre 320 empresas de restauração e bebidas da região são clandestinos", indicou a estrutura sindical.

Para o presidente da CTP, "situações deste género têm de ser regularizadas", já que se "tratam de precariedades que não ajudam ninguém. Nem o país, nem a concorrência".

"É difícil concorrer quando uns cumprem obrigações e outros não", disse.

O presidente da confederação do Turismo foi questionado pelos jornalistas, após o Sindicato de Hotelaria do Norte ter hoje lançado uma campanha contra o trabalho ilegal no sector, aproveitando para revelar que um terço dos trabalhadores de restauração e bebidas no norte é clandestino.

De acordo com os dados hoje divulgados, 33 por cento dos 3.936 trabalhadores que participaram num levantamento realizado pelo Sindicato de Hotelaria do Norte e que incidiu sobre 320 empresas da região são clandestinos.

Com base nos dados recolhidos, o Sindicato de Hotelaria do Norte avançou mesmo com uma estima: a nível nacional existirão cerca de 82.500 trabalhadores a exercer funções em estabelecimentos de restauração ou de bebidas, cujas empresas não procedem aos descontos legais para a segurança social e IRS.

Por esta razão, até Maio de 2008, a direcção do sindicato decidiu promover uma campanha "contra todas as formas de precariedade", em particular contra o trabalho ilegal e clandestino.